

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2010. (Do Sr. Leandro Sampaio)

Requer sejam convocados, o Sr. José Gomes Temporão (Ministro de Estado da Saúde) e a Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa (Secretária Executiva do Ministério da Saúde), para prestarem esclarecimentos acerca de desvio de dinheiro público em hospitais federais sediados no Estado do Rio de Janeiro, tais quais o Hospital de Ipanema, Hospital do Andaraí, Hospital da Lagoa, Hospital de Jacarepaguá, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital Geral de Bonsucesso, Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, Instituto Nacional de Cardiologia – INC e Instituto Nacional do Câncer – INCA.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II e III, da Constituição Federal, combinado com o arts. 24, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convocados, Sr. José Gomes Temporão (Ministro de Estado da Saúde) e a Sra. Márcia Bassit Lameiro da Costa (Secretária Executiva do Ministério da Saúde), para que em audiência pública a ser agendada por esta Comissão, prestem esclarecimentos acerca de desvio de dinheiro público nos hospitais federais sediados no Estado do Rio de Janeiro, tais quais o Hospital de Ipanema, Hospital do Andaraí, Hospital da Lagoa, Hospital de Jacarepaguá, Hospital dos Servidores do Estado, Hospital Geral de Bonsucesso, Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, Instituto Nacional de Cardiologia – INC e Instituto Nacional do Câncer – INCA .

JUSTIFICAÇÃO

Os jornais, O Globo de 17 de abril de 2010, O Dia de 16 e 17 de abril de 2010, divulgaram amplamente o desvio de verba pública nos hospitais federais no Estado do Rio de Janeiro, feita por quadrilha e

médicos juntamente com a empresa “Extencion”. Esta empreitada criminosa teria desviado mais de 50,5 milhões de reais. Tendo chegado ao meu conhecimento a denúncia dando conta dessas possíveis irregularidades, envolvendo prejuízos aos cofres públicos, e sendo esta Casa responsável pela fiscalização dos recursos públicos, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas aos frugais recursos públicos. Torna-se, pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 2010.

LEANDRO SAMPAIO
Deputado Federal